

LUIZ FILGUEIRAS*
EDUARDO COSTA PINTO**

INTRODUÇÃO

Na sociedade capitalista, a existência do desemprego de uma parcela da população economicamente ativa (PEA), isto é, daqueles indivíduos que, embora queiram trabalhar, não encontram uma ocupação regular que lhes possibilite sobreviver – na condição de empregado assalariado e/ou de trabalhador autônomo – é um fenômeno há muito reconhecido do ponto de vista empírico e largamente discutido na teoria econômica.

No entanto, esse fenômeno não atinge de forma homogênea os distintos grupos que compõem o conjunto da população trabalhadora. Como é de amplo conhecimento na literatura sobre mercado de trabalho, o grau de gravidade do desemprego varia muito, conforme alguns atributos específicos, natos ou adquiridos, do trabalhador. Em geral, as evidências apontam uma pior situação, no mercado de trabalho, para as mulheres, os negros, os mais jovens, os menos escolarizados, os que residem há menos tempo na região e os que ocupam na família a condição de filho.

De outro lado, há indicações de que a reestruturação produtiva – aprofundada e difundida no Brasil a partir dos anos noventa –, ao se abater mais intensamente sobre os trabalhadores que tradicionalmente ocupam uma situação relativamente menos ruim no mercado de trabalho – os homens, os brancos, os mais velhos, os mais escolarizados, os que residem há mais tempo na região e os que ocupam a condição de chefe na família –, reduziu, em comparação com a década anterior, a distância entre esses dois grandes agrupamentos de trabalhadores, nivelando-os por baixo através de um processo de precarização geral do mercado de trabalho, que afetou mais relativamente os indivíduos integrantes desse segundo grupo.

Assim, o presente texto, tendo em vista as modificações ocorridas no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador (RMS), ao longo dos anos 90 e neste início da atual década, analisa a estrutura do desemprego e o perfil dos desempregados nessa região. Para isso, utiliza-se das taxas de desemprego (aberto e oculto) e da distribuição dos desempregados segundo distintos atributos, natos ou adquiridos, dos indivíduos, comparando, de forma agregada, dados coletados em fins da década de oitenta (1987/1988) com dados referentes aos últimos seis anos (1997/2002).

* Professor Adjunto IV da Faculdade de Ciências Econômicas (CME/FCE/UFBA) e integrante do NEC.

** Mestrando em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas (CME/FCE/UFBA) e integrante do NEC.

Essas informações pertencem à base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PED/RMS)¹ que “produz informações sobre a estrutura e dinâmica do mercado de trabalho desta região, através de um levantamento mensal e sistemático sobre o emprego, o desemprego e os rendimentos do trabalho” e que privilegia “a condição de procura de trabalho, na caracterização da situação ocupacional dos indivíduos”, permitindo evidenciar o desemprego aberto (o mais conhecido) e o desemprego oculto por trabalho precário e por desalento (PED, 2002: 15).

Além desta Introdução, o trabalho se compõe de mais quatro seções. Na próxima, faz-se um brevíssimo resumo de como o desemprego é tratado e compreendido na teoria econômica, apontando suas limitações e indicando a necessidade de se ultrapassar essa fronteira de conhecimento – como condição necessária para um entendimento mais detalhado desse fenômeno. Nas seções 3 e 4 analisam-se os dados empíricos referentes ao desemprego e aos desempregados da RMS, do ponto de vista, respectivamente, das taxas de desemprego e da distribuição dos desempregados segundo atributos que, de alguma forma, os diferenciam na busca de uma melhor inserção no mercado de trabalho. O resultado da análise confirma a existência de grupos de trabalhadores que são mais atingidos do que outros pelo desemprego, caracterizando-se, assim, como uma realidade que possui distintos graus de gravidade.

Por fim, na Conclusão, reafirma-se o impacto diferenciado do desemprego sobre os distintos grupos de trabalhadores, indicando que o crescimento econômico é uma condição necessária fundamental para melhorar a situação dos trabalhadores em geral, mas que deve ser acompanhado por políticas públicas específicas, que tenham por objetivo melhorar as condições de inserção dos grupos mais fragilizados da classe trabalhadora.

DESEMPREGO E TEORIA ECONÔMICA

Como quase tudo na Economia Política/Ciência Econômica, as divergências sobre o funcionamento do mercado de trabalho e, em particular, acerca da compreensão e explicação do desemprego são também muito grandes. E isto ocorre na própria definição desse fenômeno e de sua natureza, na determinação de suas causas e na forma de operacionalizar a sua mensuração, estando essas três dimensões do problema intrinsecamente relacionadas.

No **paradigma marxista**, o desemprego é visto como algo estrutural, intrínseco ao modo de produção capitalista, independentemente do lugar onde ele se estabeleça, estando o fenômeno referido ao conceito de Exército Industrial de Reserva (MARX, 2001). A idéia é de que o próprio movimento do

¹ A PED/RMS é uma iniciativa do Governo do Estado da Bahia, através da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, órgão da Secretaria de Planejamento Ciências e Tecnologia – SEPLANTEC, e da Secretaria do Trabalho e Ação Social – SETRAS, em parceria com o DIEESE, a Fundação SEADE e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), através da Faculdade de Ciências Econômicas.

capital, em sua necessidade objetiva de valorização, tende a criar, necessariamente, uma superpopulação relativa adequada ao processo geral de acumulação. Isto ocorre em virtude da tendência do capitalismo em revolucionar permanentemente as forças produtivas, o que implica em um contínuo desenvolvimento tecnológico que leva à liberação de força de trabalho.

Assim, essa população sobrando, independentemente dos tamanhos absolutos da população total e da população economicamente ativa existentes em cada momento, é regulada de acordo com os ciclos econômicos – reduzindo-se nos momentos de auge e ampliando-se nos momentos de declínio, acompanhando, de forma inversa, as fases de expansão e contração da acumulação.

A adequação do número de trabalhadores às necessidades do capital, através da constituição de Exército Industrial de Reserva, significa duas coisas: 1) o capital sempre tem, a sua disposição, uma oferta regular de trabalhadores, necessitados de venderem a força de trabalho, pela impossibilidade de garantirem a sobrevivência através do trabalho por conta própria; e 2) essa massa de trabalhadores “supérfluos” funciona como regulador do nível salarial, uma vez que modera as exigências dos trabalhadores que estão empregados e enfraquece o poder dos sindicatos.

A análise dos desempregados é feita por Marx, desagregando o Exército Industrial de Reserva nos seguintes grupos de trabalhadores, de acordo, exclusivamente, com a função de cada um no processo de acumulação: (i) uma parcela “flutuante”, que está sempre à disposição do capital e que aumenta e diminui de acordo com as fases do ciclo econômico; (ii) uma parcela “latente”, que se refere a levas de imigrantes expulsos do campo e que vêm engrossar as fileiras dos desempregados; e, por fim, (iii) uma parcela “estagnada” constituída pelas camadas mais frágeis da classe trabalhadora e composta por pobres, velhos, crianças, deficientes de todos os tipos e “desclassificados” sociais em geral.

No **paradigma neoclássico** (AMADEO & ESTEVÃO, 1994), o desemprego, enquanto um fenômeno próprio do funcionamento do capitalismo, só pode se constituir como algo temporário e, portanto, estritamente conjuntural e passageiro. Desse modo, esse tipo de desemprego eventual, denominado como “friccional”, decorre de desequilíbrios momentâneos entre oferta e demanda nos diversos mercados de bens e serviços, o que implica a necessidade de ajustes, com a transferência de capitais e trabalhadores entre os diversos ramos de produção. Ao final, este movimento termina por restabelecer o equilíbrio entre a oferta e a demanda no mercado de trabalho.

Além do desemprego friccional, os neoclássicos identificam duas outras situações que podem levar ao desemprego; sendo ambas não relacionadas ao funcionamento “normal” (ideal) do capitalismo.

A primeira se refere à existência de falhas no mercado de trabalho, que distorcem o funcionamento das forças livres do mercado; em particular, a

ação monopolista dos sindicatos e a atuação do governo através da fixação de um salário mínimo, por exemplo. Essas intervenções têm como resultado a determinação de um salário acima do nível de equilíbrio entre demanda e oferta de trabalho, ou seja, provocam uma situação na qual a oferta de emprego é menor do que a demanda dos trabalhadores por emprego e, por consequência, dá origem a um segundo tipo de desemprego. Em suma, o desemprego, neste caso, aparece como um resultado do mau funcionamento do mercado de trabalho, provocado por forças “não-naturais”, exógenas à lógica de funcionamento dos mercados.

Uma outra situação, que seria a mais geral e normal na explicação neoclássica, seria a existência do chamado desemprego “voluntário”, ou seja, aquele referente às pessoas que não estão trabalhando porque não aceitam o nível do salário de equilíbrio estabelecido pelo mercado. Ou seja, são pessoas que preferem (escolhem) a condição de desempregado por entenderem que o salário efetivamente praticado no mercado não remuneraria adequadamente o seu esforço.

Em resumo, para os neoclássicos, caso não haja interferências inoportunas no mercado de trabalho, este tenderá ao equilíbrio entre demanda e oferta de trabalho, garantindo-se, assim, o pleno emprego, através da absorção de todas as pessoas dispostas a trabalhar ao nível do salário de equilíbrio existente no mercado. Mais contemporaneamente, através da introdução de expectativas adaptativas e, posteriormente, de expectativas racionais, os “monetaristas” e os “novos clássicos”, respectivamente, sofisticaram e flexibilizaram um pouco mais a análise neoclássica, mas mantiveram a essência de sua concepção (AMADEO, 1986 e 1987).

Por fim, **Keynes (1983)** e **Kalecki (1983)**, a partir da crítica ao paradigma neoclássico, formulam, de maneiras diferentes e por caminhos um pouco distintos, o princípio de demanda efetiva, que lhes permite identificar, na economia capitalista, a presença sistemática do chamado desemprego “involuntário”, isto é, a existência de pessoas que desejam trabalhar ao salário existente, ou até por um valor mais baixo, mas que, assim mesmo, não conseguem encontrar emprego.

Nessa nova perspectiva, a análise do desemprego é deslocada do mercado de trabalho para o mercado de bens e serviços, pois, do ponto de vista macroeconômico, é este último que determina a dinâmica do primeiro. De forma sintética, o desemprego é, como em Marx, intrínseco ao funcionamento do capitalismo, que se caracteriza por ser um sistema econômico extremamente instável. Nessas condições, o maior ou menor nível de desemprego dependerá, fundamentalmente, das decisões dos capitalistas em investir, o que não garante, em geral, a plena ocupação da força de trabalho disponível.

Desse modo, o desemprego, além de ser uma característica própria do capitalismo, não tem a sua origem determinada por salários elevados, acima do

nível que equilibraria demanda e oferta, em razão, por exemplo, da intervenção dos sindicatos e do governo. Muito pelo contrário, diferentemente dos neoclássicos – que acreditam que a solução para o desemprego é o livre funcionamento dos mercados e, em especial, do mercado de trabalho –, as formulações keynesiana e kaleckiana acerca do funcionamento do capitalismo e, em particular do desemprego, implicam uma regulação institucional do mercado de trabalho, através de políticas governamentais e da ação de organizações empresariais e de trabalhadores.

Podem-se identificar inúmeras divergências nas análises marxista, neoclássica, keynesiana e kaleckiana sobre os seus respectivos entendimentos acerca da natureza do mercado de trabalho e, em especial, no que se refere ao fenômeno do desemprego. No entanto há, pelo menos, um ponto em comum entre elas, qual seja: os trabalhadores são considerados como sendo uma classe ou camada social homogênea. Do ponto de vista dos respectivos objetivos dessas teorias, essa hipótese não se constitui em um problema, tendo em vista o elevado nível de abstração em que elas são formuladas. Em Marx, a preocupação essencial é com a identificação e explicação das leis mais gerais que caracterizam a economia capitalista, enquanto nos neoclássicos, em Keynes e em Kalecki a questão central em discussão se refere à dinâmica macroeconômica.

Entretanto, quando se trata da análise concreta do mercado de trabalho em si mesmo, essa hipótese torna-se um problema, especialmente quando o objetivo, como é o caso do presente texto, é o entendimento mais detalhado das características do desemprego e dos desempregados.

Por isso, em um texto clássico sobre as características do mercado de trabalho – no qual ressalta as singularidades que o diferenciam dos demais mercados, bem como a natureza heterogênea da força de trabalho –, **Offe & Hinrich** (1989) assumem uma perspectiva oposta à da hipótese tradicionalmente aceita pela teoria econômica, ao identificar a existência de uma concentração da distribuição social dos riscos do mercado de trabalho em certos segmentos da classe trabalhadora, cujos integrantes apresentam as seguintes características: (i) ficam mais freqüentemente e mais longamente desempregados; (ii) têm mais dificuldades de estabelecerem uma relação de emprego; (iii) são mais freqüentemente demitidos; (iv) obtêm menores salários e ocupam postos de trabalho mais restritivos, de reduzida autonomia; e (v) têm maiores riscos na sua capacidade física e maiores dificuldades na sua qualificação. E mais, essas características, além de não variarem de forma independente e isoladamente entre si, estão relacionadas com características sociais que não são “adquiridas” (educação, renda, domicílio, etc.), mas socialmente “atribuídas” e imutáveis (idade, sexo, condição física, grupo étnico, etc.).

Desse modo, além da assimetria de poder existente na relação estabelecida entre capital e trabalho, estruturalmente favorável ao primeiro – em geral reconhecida e aceita na literatura –, esses autores identificam uma segunda

assimetria no mercado de trabalho, desta feita no interior da própria classe trabalhadora, na qual certos grupos apresentam uma maior vulnerabilidade em razão de fatores político-normativos e determinados padrões culturais aceitos pela sociedade.

Para eles, é exatamente a presença dessa dupla assimetria que justifica a necessidade de regulação política do mercado de trabalho por parte do Estado, única forma de reduzir, mas não eliminar, o diferencial de poder existente entre capitalistas e trabalhadores, bem como entre os diversos grupos de trabalhadores na busca por uma melhor inserção no mercado de trabalho.

TAXAS DE DESEMPREGO SEGUNDO DISTINTOS ATRIBUTOS DOS INDIVÍDUOS

Inicialmente, são analisados os distintos tipos de desemprego, bem como a sua evolução entre os dois períodos aqui considerados, levando-se em consideração também os seguintes atributos dos indivíduos: sexo, cor, idade, escolaridade, posição na família e tempo de residência na RMS.

Assim, na composição da elevadíssima taxa de desemprego total (25,7%) da RMS no período mais recente (1997/2002), a taxa de desemprego aberto (14,8%) tem maior participação do que a taxa de desemprego oculto (10,9%). Da mesma forma, na composição desta última, a taxa de desemprego por trabalho precário (7,5%) é maior do que taxa por desalento (3,4%). Todas essas taxas de desemprego deram um grande salto entre os anos os 80 e 90 – os dois períodos aqui considerados –, com destaque para as taxas de desemprego aberto e desemprego oculto por trabalho precário, que cresceram, respectivamente, 66,3% e 82,9% (Tabela1).

Tabela 1

Taxas de Desempregos por Tipo RMS, 1987/1988 e 1997/2002		
	(Em %)	
Tipo de Desemprego	1987/1988	1997/2002
Aberto	8,9	14,8
Oculto:	6,8	10,9
Por Trabalho Precário	4,1	7,5
Por Desalento	2,7	3,4
Total	15,7	25,7

Fonte: PED/RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Esse agravamento do fenômeno do desemprego também pode ser constatado quando se observa a situação do desempregado no que se refere à sua procura por trabalho e ao seu último emprego. Assim, entre as duas décadas, pode-se verificar, entre o total de desempregados, um grande crescimento do tempo médio de procura por emprego (8,8 para 12 meses), do tempo médio que perdeu ou deixou o emprego (13,4 para 20,9 meses) e do tempo médio que trabalhou no último emprego (15,9 para 22,2 meses). O crescimento desses tempos médios foi maior ainda quando são considerados apenas os indivíduos que estão na condição de desemprego oculto por trabalho precário.

A ampliação desses tempos evidencia, sem dúvida, uma maior dificuldade do desempregado na obtenção de uma nova ocupação; em particular, a elevação do tempo médio que trabalhou no último emprego sugere, para a década de 90, um maior esforço, por parte do trabalhador, para permanecer no emprego que possui, tendo em vista o aumento da dificuldade em obter um novo emprego – expresso diretamente pelo aumento dos outros dois tempos. Em suma, na década de noventa, reduziu-se a rotatividade da força de trabalho provocada pela decisão do trabalhador em se desligar do posto de trabalho por ele ocupado (Tabela 2).

Tabela 2

Tempo de Procura, Tempo que Perdeu ou Deixou o Emprego e Tempo que Trabalhou no Último Emprego								
RMS, 1987/1988 e 1997/2002								
(Em meses)								
Tempos	Tipo de Desemprego							
	1987/1988				1997/2002			
	Oculto por Trab.				Oculto por Trab.			
	Aberto	Precário	Desal	Total	Aberto	Precário	Desal	Total
Tempo:								
De procura	7,8	9,8	10,7	8,8	10,6	14,1	13,1	12,0
Que perdeu ou deixou o emp.	11,3	13,9	19,7	13,4	17,3	25,9	25,1	20,9
Que trabalhou no último emp.	16,0	15,9	15,7	15,9	21,4	23,3	23,1	22,2

Fonte: PED/RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

A percepção do agravamento das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores no mercado de trabalho cresce quando se observa o motivo que os levou a sair do último trabalho, isto é, se o trabalhador desligou-se por vontade própria ou se foi desligado pela empresa ou o patrão. Enquanto na década de oitenta 40,9% de todos os desempregados se desligaram por iniciativa própria, na década de noventa esse percentual caiu para 28,2%, sendo menor ainda (23,1%) entre aqueles que estão na condição de desemprego por trabalho precário (Tabela 3).

Tabela 3

Distribuição dos Desempregados por Motivo da Saída do Último Trabalho segundo o Tipo de Desemprego								
RMS, 1987/1988 e 1997/2002								
(Em %)								
Porque saiu do último trabalho	Tipo de Desemprego							
	1987/1988				1997/2002			
	Oculto por Trab.				Oculto por Trab.			
	Aberto	Precário	Desal	Total	Aberto	Precário	Desal	Total
Foi desligado	58,4	64,1	46,1	50,1	71,0	76,9	63,2	71,8
Desligou-se	41,6	35,9	53,9	49,9	29,0	23,1	36,8	28,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PED/RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Aqui se evidencia, mais uma vez – agora através da observação do comportamento dos indivíduos pesquisados –, um maior apego do trabalhador pelo seu emprego, quando se compara a década de noventa com a década anterior. Não há a menor dúvida de que essa mudança comportamental expressa uma maior dificuldade em se encontrar uma nova ocupação.

Considerado-se agora os distintos atributos dos trabalhadores, observa-se que nos anos noventa, na RMS, a taxa de desemprego total das mulheres (28%) é maior do que a dos homens (23,6%); embora essas taxas tenham crescido muito, entre os dois períodos aqui analisados, a taxa dos homens aumentou um pouco mais do que a das mulheres. Este fato reflete a circunstância da reestruturação produtiva ter sido implementada, de forma mais profunda e generalizada, no setor industrial, em que os postos de trabalho são ocupados principalmente pelos homens (Tabela 4).

Tabela 4

Taxas de Desempregos por Tipo segundo Sexo RMS, 1987/1988 e 1997/2002 (Em %)						
Tipo de Desemprego	Sexo					
	1987/1988			1997/2002		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Aberto	7,4	10,9	8,9	12,3	17,6	14,8
Oculto:						
Por Trab. Precário	5,2	2,7	4,1	9,2	5,6	7,5
Por Desalento	1,4	4,5	2,7	2,1	4,8	3,4
Total	14,0	18,1	15,7	23,6	28,0	25,7

Fonte: PED/RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Detalhando-se um pouco mais, percebe-se que a participação do desemprego precário na composição dessas taxas é relativamente maior entre os homens – o que sugere uma maior dificuldade de ficar sem nenhum tipo de ocupação (desemprego aberto), em virtude de ocuparem, mais do que as mulheres, a condição de chefe de família –, apesar da taxa de desemprego oculto por trabalho precário ter crescido, entre as duas décadas, mais entre as mulheres – o que expressa, provavelmente, o movimento ascendente da taxa de participação delas no mercado de trabalho e a tradicional maior dificuldade em se inserir num trabalho regular.

Da mesma forma, a taxa de desemprego total é bem maior entre os negros (27,0%) do que entre os brancos (18,5%), o mesmo ocorrendo com as taxas dos demais tipos de desemprego. Contudo, a taxa de desemprego oculto por trabalho precário é a que apresenta a maior diferença entre esses dois grupos de trabalhadores, com a dos negros sendo quase o dobro da dos brancos. A maior participação desse tipo de desemprego na composição da taxa de desemprego total dos negros, quando comparada com a dos brancos, sugere uma maior dificuldade dos indivíduos negros em ficarem sem nenhum tipo de ocupação, em razão, provavelmente, de terem uma rede de segurança familiar mais frágil, por pertencerem a famílias com menor poder aquisitivo (Tabela 5).

De uma década para outra, todas as taxas de desemprego, de todos os tipos, aumentaram, tanto para brancos quanto para negros. No entanto, aumentaram mais entre os últimos, o que implicou uma piora relativa da condição dos negros, com o crescimento das distâncias entre as taxas de desemprego respectivas dos dois grupos. Como poderá ser constatado na seqüência deste texto, esse fato também ocorre com os recém-imigrantes, quando comparados com os indivíduos que residem há mais de três anos na RMS.

Tabela 5

Taxas de Desempregos por Tipo segundo a Cor RMS, 1987/1988 e 1997/2002 (Em %)						
Tipo de Desemprego	Cor					
	1987/1988			1997/2002		
	Branca	Negra	Total	Branca	Negra	Total
Aberto	7,7	9,1	8,9	11,4	15,4	14,8
Oculto:						
Por Trab. Precário	2,4	4,4	4,1	4,2	8,1	7,5
Por Desalento	2,7	2,7	2,7	2,9	3,5	3,4
Total	12,8	16,2	15,7	18,5	27,0	25,7

Fonte: PED/RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

De forma análoga, embora o desemprego seja elevado em todas as faixas etárias, ele se apresenta bem maior naquelas que abrangem os indivíduos mais jovens, isto é, com idade entre 10 e 24 anos. Em particular, o desemprego nas faixas de 15 a 17 anos (49,4%) e, principalmente, na de 18 a 24 anos (39,1%) assume um caráter gravíssimo, porque se trata de pessoas que já deixaram, ou pretendem deixar, a escola; portanto, indivíduos que se encontram numa situação de total desocupação ou de ocupação irregular. Esse quadro é mais dramático ainda, se considerarmos que se trata, para muitos desses indivíduos, de uma primeira tentativa de se inserir no mundo do trabalho – com repercussões negativas presentes e futuras para a vida desses jovens (Tabela 6).

Tabela 6

Taxas de Desemprego por Tipo segundo Idade RMS, 1987/1988 e 1997/2002 (Em %)												
Tipo de Desemprego	Idade (anos)											
	1987/1988						1997/2002					
	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 39	40 e mais	Total	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 39	40 e mais	Total
Aberto	10,8	17,4	15,7	6,4	3,0	8,9	26,6	32,0	25,0	11,7	7,0	14,8
Oculto:												
Por Trab. Precário	5,5	5,1	5,3	4,0	2,5	4,1	6,3	9,0	9,1	7,9	5,4	7,5
Por Desalento	3,3	5,8	3,9	2,3	1,2	2,7	5,2	8,4	5,0	2,7	1,9	3,4
Total	19,6	28,3	24,9	12,7	6,7	15,7	38,1	49,4	39,1	22,3	14,3	25,7

Fonte: PED/RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Adicionalmente, as diferenças nas taxas de desemprego, entre os mais jovens e os mais velhos, são menores quando se trata do desemprego oculto por trabalho precário. Esse tipo de desemprego tem um peso relativo maior na composição da taxa total de desemprego dos mais velhos, o que denota uma maior impossibilidade desses indivíduos ficarem sem nenhum tipo de ocupação; diferentemente dos mais jovens, que podem se apoiar, de alguma forma, na rede de laços familiares.

De uma outra perspectiva, observa-se que a evolução dessas taxas de desemprego, de uma década para outra, evidencia que as taxas que mais cresceram foram as das duas faixas etárias maiores (25 a 39 anos e 40 anos e mais), que são, justamente, aquelas mais atingidas, relativamente, pela reestruturação produtiva. Portanto, pessoas com participação no mercado de trabalho há mais tempo e, por isso, com maior experiência, que perderam emprego e encontram uma enorme dificuldade de se inserirem de novo.

Seguindo o padrão encontrado na literatura, as taxas de desemprego, de todos os tipos, decrescem conforme aumenta o grau de escolaridade, sendo, comparativamente, bastante reduzidas para os indivíduos que possuem o 3º grau completo (7% para a taxa de desemprego total).

A maior e menor diferença entre os indivíduos mais escolarizados e os demais se encontram, respectivamente, nas taxas de desemprego aberto e desemprego oculto por trabalho precário. Isto sugere uma maior possibilidade relativa dos mais escolarizados ficarem numa situação de completo desemprego, quando comparados aos demais indivíduos – o que implica também uma maior resistência por parte deles em aceitarem qualquer tipo de emprego. Isto se deve, provavelmente, ao fato deles possuírem uma rede de proteção social mais segura em razão de pertencerem a famílias com maior nível de rendimento e, também, por terem acesso a alguma reserva e/ou rendimento – como recursos do FGTS e do seguro-desemprego, por exemplo (Tabela 7).

Tabela 7

Taxas de Desemprego por Tipo, segundo a Escolaridade RMS, 1987/1988 e 1997/2002 (Em %)								
Escolaridade	Tipo de Desemprego							
	1987/1988				1997/2002			
	Oculto por Trab.				Oculto por Trab.			
	Aberto	Precário	Desal	Total	Aberto	Precário	Desal	Total
ANALF e S/ ESCOL	4,3	4,5	1,3	10,1	10,0	9,6	2,5	22,1
1º INCOM.	9,2	5,2	2,9	17,3	15,6	10,6	3,8	30,0
1º COMP. e 2º INCOM	12,2	3,6	3,8	19,6	19,6	8,5	4,7	32,8
2º COMP e 3º INCOM	9,0	2,1	2,4	13,5	14,2	4,6	2,8	21,6
3º COMP	2,1	0,8	0,7	3,6	4,8	1,3	0,9	7,0
TOTAL	8,9	4,1	2,7	15,7	14,8	7,5	3,4	25,7

Fonte: PED/RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

De outro lado, a evolução das taxas de desemprego por escolaridade, entre os dois períodos considerados, apontam para um crescimento relativo muito maior das taxas de desemprego dos mais escolarizados (3º grau completo), quando comparados aos demais, principalmente no que se refere às taxas de desemprego aberto e total, que aumentaram, respectivamente, 128% e quase 100% – evidenciando que o maior número de anos de estudo, embora seja condição necessária para uma melhor inserção no mercado de trabalho, não se constitui, nem de longe, em condição suficiente. Isto significa que a chamada “empregabilidade” dos indivíduos depende de muitos outros fatores, em especial do ritmo de crescimento da economia e, portanto, de sua capacidade de gerar novas ocupações. Em suma, o desemprego, a partir dos anos noventa, é uma realidade que afeta a todos os grupos de trabalhadores, inclusive os mais escolarizados.

Mantendo também o padrão encontrado nas diversas pesquisas, as taxas de todos os tipos de desemprego são menores entre os chefes de família (16,1% para a taxa de desemprego total) e bem maiores entre os indivíduos que se encontram na família na posição de filhos (38,7% para a taxa de desemprego

total), em virtude da pouca experiência e da possibilidade destes últimos serem sustentados pela família. Esta última razão explica também porque a diferença entre as taxas de desemprego por trabalho precário desses dois grupos é diminuta (7,7% para os chefes e 8,8% para os filhos); ao contrário das taxas de desemprego aberto (7,1% para os chefes e 24,8% para os filhos), que seguem o mesmo comportamento das taxas de desemprego total (Tabela 8).

Tabela 8

Taxas de Desemprego por Tipo, segundo a Posição na Família RMS, 1987/1988 e 1997/2002 (Em %)										
Tipo de Desemprego	Posição na Família									
	1987/1988					1997/2002				
	Chefe	Cônjuge	Filho	Outros	Total	Chefe	Cônjuge	Filho	Outros	Total
Aberto	3,6	8,4	16,1	9,9	8,9	7,1	14,3	24,8	16,1	14,8
Oculto:										
Por Trab. Precário	4,0	2,7	5,3	3,5	4,1	7,7	5,7	8,8	6,3	7,5
Por Desalento	0,8	5,1	4,3	2,2	2,7	1,3	5,0	5,1	3,3	3,4
Total	8,4	16,2	25,7	15,6	15,7	16,1	25,0	38,7	25,7	25,7

Fonte: PED/RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Na década, a evolução das taxas de desemprego, de todos os tipos, foi crescente, independentemente da posição ocupada na família. Entretanto, as taxas de desemprego entre os chefes cresceram relativamente mais; exceção feita à taxa de desemprego por trabalho precário, que aumentou mais entre os indivíduos que ocupam a posição de cônjuge na família, provavelmente em razão do aumento da taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho – tendo em vista a grande associação existente entre a condição feminina e a posição de cônjuge na família. De qualquer sorte, no geral, nota-se, mais uma vez, uma piora relativa de um grupo de trabalhadores que, tradicionalmente, ocupa uma situação menos ruim no mercado de trabalho, isto é, os chefes de família – que, assim como os homens, os mais idosos e os mais escolarizados foram, relativamente, os mais afetados pela reestruturação produtiva.

Por fim, têm-se as taxas de desemprego segundo o tempo de residência das pessoas na RMS. Como se esperaria, a taxa de desemprego total é maior entre os recém-imigrantes (27,6%) do que entre os indivíduos com mais de 3 anos de residência (25,6%). No entanto, isto ocorre, exclusivamente, em razão das diferenças entre as taxas de desemprego aberto; 18,3% para os recém-imigrantes e 14,6 para os com mais de 3 anos de tempo de residência (Tabela 9).

Tabela 9

Taxas de Desempregos Por Tipo, segundo o Tempo de Residência na RMS RMS, 1987/1988 e 1997/2002 (Em %)						
Tipo de Desemprego	Tempo de Residência na RMS					
	1987/1988			1997/2002		
	Até 3 anos	Mais de 3 anos	Total	Até 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Aberto	10,2	8,8	8,9	18,3	14,6	14,8
Oculto:						
Por Trab. Precário	3,5	4,2	4,1	6,2	7,6	7,5
Por Desalento	2,5	2,7	2,7	3,1	3,4	3,4
Total	16,2	15,7	15,7	27,6	25,6	25,7

Fonte: PED/RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

De fato, as taxas de desemprego oculto, por trabalho precário e por desalento, são menores entre os recém-imigrantes: 6,2% e 3,1% respectivamente, contra 7,6% e 3,4% dos indivíduos com mais de 3 anos de residência. Isto sugere que os recém-imigrantes, em virtude da falta de relações sociais e de laços familiares mais consolidados na RMS e, portanto, de estarem numa situação de maior insegurança, tendem mais a aceitar qualquer tipo de trabalho, do que aqueles indivíduos que residem há mais tempo na região e que, por isso, já têm uma rede de segurança mais ampla construída.

Entre os dois períodos analisados, as taxas de todos os tipos de desemprego, nesses dois grupos de trabalhadores, aumentaram; todavia, para os recém-imigrantes, esse crescimento foi maior para as taxas de desemprego total e aberto e menor para as taxas de desemprego por trabalho precário e desalento – quando comparadas às taxas dos indivíduos que residem há mais de 3 anos na RMS. Tudo isso expressa o aumento relativo da maior dificuldade do recém-imigrante em se inserir no mercado de trabalho da região.

A evidência que pode ser extraída, desse primeiro conjunto de tabelas, é de que, da década de 80 para a década de 90, as condições encontradas no mercado de trabalho, por todos os grupos de trabalhadores, indistintamente, pioraram. Além disso, confirma-se, de fato, uma situação relativamente melhor no mercado de trabalho para os homens, os brancos, os mais velhos, os mais escolarizados, os chefes de família e os que residem há mais tempo na RMS. Todavia, entre as duas décadas, a situação dos homens, dos mais velhos, dos mais escolarizados e dos chefes de família piorou mais, quando comparada com a situação, respectivamente, das mulheres, dos mais jovens, dos menos escolarizados e dos demais membros da família; enquanto a situação dos indivíduos brancos e a dos que residem há mais tempo na RMS piorou menos do que a situação, respectivamente, dos negros e dos recém-imigrantes.

Desse modo, o maior significado dessa evolução das taxas de desemprego é de que a reestruturação produtiva, de um lado, reafirmou a existência de condições menos ruins para aqueles grupos de trabalhadores que tradicionalmente já possuíam uma melhor condição de inserção no mercado de trabalho. De outro lado, embora tenha reduzido as assimetrias existentes entre homens e mulheres, velhos e jovens, indivíduos mais e menos escolarizados e chefes e demais membros da família, a reestruturação agravou mais ainda, absoluta e relativamente, as condições de inserção dos negros e dos recém-imigrantes, quando comparadas, respectivamente, com as condições enfrentadas pelos brancos e pelos que habitam há mais tempo na RMS. É claro que os indivíduos que pertencem, simultaneamente, a mais de um grupo – como por exemplo, mulher negra ou imigrante jovem menos escolarizado –, enfrentam barreiras ainda maiores para se inserirem no mercado trabalho.

Nesta parte do texto evidencia-se e discute-se o perfil atual dos desempregados, bem como a sua evolução entre os dois períodos aqui analisados, segundo os mesmos atributos anteriormente considerados, quais sejam: sexo, cor, idade, escolaridade, posição na família e tempo de residência na RMS.

No que se refere ao gênero, nos anos noventa, o total de desempregados se compõem, majoritariamente, de mulheres (51,8%). Isto se deve à maior participação das mulheres entre os indivíduos que se encontram na condição de desemprego aberto (56,4%) e, principalmente, entre aqueles que se acham na situação de desemprego oculto por desalento (67,8%), uma vez que entre os indivíduos que enfrentam uma situação de desemprego oculto por trabalho precário a participação delas (35,5%) é bem menor do que a dos homens. Isto expressa a sua maior facilidade relativa de recusar qualquer emprego, tendo em vista o fato de não se constituírem, em sua maioria, em chefes de família, quando comparadas aos homens (Tabela 10).

Tabela 10

Distribuição dos Desempregados por Tipo, segundo o Sexo RMS, 1987/1988 e 1997/2002 (Em %)						
Tipo de Desemprego	Sexo					
	1987/1988			1997/2002		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Aberto	46,9	53,1	100,0	43,6	56,4	100,0
Oculto:						
Por Trab. Precário	71,0	29,0	100,0	64,5	35,5	100,0
Por Desalento	28,8	71,2	100,0	32,2	67,8	100,0
Total	50,1	49,9	100,0	48,2	51,8	100,0

Fonte: PED/RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Do ponto de vista da evolução ocorrida entre a duas décadas, a participação relativa das mulheres cresce em todos os tipos de desemprego, com exceção do desemprego por desalento. Esse crescimento foi particularmente importante no desemprego por trabalho precário, evidenciando o crescimento da taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho da RMS – fato ocorrido, em geral, em todos os mercados de trabalho, dentro e fora do Brasil.

Quanto à distribuição dos desempregados por tipo de desemprego segundo a cor, a participação dos negros é maior do que a dos brancos em todos os tipos de desemprego, principalmente no desemprego por trabalho precário (91,1%). Todas as participações dos negros, nos distintos tipos de desemprego, estão bem acima dos 80%, que é, aproximadamente, a proporção desse grupo de trabalhadores na população economicamente ativa – o que expressa, de outra maneira, as suas maiores taxas de desemprego, quando comparadas com a dos brancos, conforme já visto anteriormente.

Entre os dois períodos analisados, essa participação teve um pequeno acréscimo, em todos os tipos de desemprego, destacando-se um pouco mais o crescimento dessa participação no desemprego por desalento. Compatível

com os resultados já evidenciados para a evolução da taxa de desemprego, observa-se aqui uma piora relativa da situação desse grupo de trabalhadores (Tabela 11).

Tabela 11

Distribuição dos Desempregados por Tipo, segundo a Cor						
RMS, 1987/1988 e 1997/2002						
(Em %)						
Tipo de Desemprego	Cor					
	1987/1988			1997/2002		
	Branca	Negra	Total	Branca	Negra	Total
Aberto	13,8	86,2	100,0	12,2	87,8	100,0
Oculto:						
Por Trab. Precário	9,5	90,5	100,0	8,9	91,1	100,0
Por Desalento	15,9	84,1	100,0	13,5	86,5	100,0
Total	13,0	87,0	100,0	11,4	88,6	100,0

Fonte: PED/RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Com relação à distribuição dos desempregados por tipo de desemprego segundo a faixa etária, os trabalhadores nas faixas de 18 a 24 e 25 a 39 anos têm a maior participação, representando, respectivamente, 36,9% e 35,2% do total dos indivíduos desempregados. A situação do primeiro desses grupos é particularmente grave, pois, além de ser o maior numericamente, tem uma taxa de desemprego muito alta, conforme já evidenciado anteriormente. As duas faixas mais jovens, que abrangem os indivíduos com idade entre 10 a 17 anos, embora tenham as maiores taxas de desemprego, representam uma parcela bem menor do total de desempregados.

Esse quadro, da distribuição dos desempregados conforme a idade, altera-se um pouco quando se trata do desemprego oculto por trabalho precário. Neste tipo de desemprego, a maior participação é dos indivíduos com idade entre 25 e 39 anos (42,6%), provavelmente por já estarem assumindo a responsabilidade de chefe de família e, por isso, terem maior dificuldade em ficar na condição de total desocupação (Tabela 12).

Tabela 12

Distribuição dos Desempregados por Tipo, segundo a Idade												
RMS, 1987/1988 e 1997/2002												
(Em %)												
Tipo de Desemprego	Idade (anos)											
	1987/1988						1997/2002					
	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 39	40 e mais	Total	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 39	40 e mais	Total
Aberto	4,6	12,7	45,5	29,5	7,7	100,0	2,8	10,7	40,9	32,1	13,6	100,0
Oculto:												
Por Trab. Precário	5,0	8,1	33,2	39,5	14,2	100,0	1,3	5,9	29,4	42,6	20,8	100,0
Por Desalento	4,5	13,7	37,1	34,9	9,9	100,0	2,4	12,4	36,3	32,3	16,6	100,0
Total	4,7	11,6	40,8	33,1	9,8	100,0	2,3	9,5	36,9	35,2	16,1	100,0

Fonte: PED/RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Do ponto de vista da evolução entre as duas décadas, em todos os tipos de desemprego, cresceu a participação dos mais velhos, principalmente a dos indivíduos com idade de 40 anos e mais. Nessa faixa etária, o impacto da reestruturação produtiva foi dos mais perversos; ao difundir uma espécie de cultura do “novo”, que valoriza a capacidade de adaptação dos trabalhadores aos novos paradigmas tecnológicos e organizacionais, muitos deles foram qualificados como tendo grande resistência à mudança e, por isso, descarta-

dos. Além disso, muitos postos de trabalho tradicionais desapareceram com a implantação dos novos processos produtivos.

No que tange à escolaridade, a participação dos mais escolarizados no total de desempregados é reduzida e menor do que suas respectivas participações no total da população economicamente ativa, refletindo, assim, suas menores taxas de desemprego. A maioria, em todos os tipos de desemprego, é a dos indivíduos com o 1º grau incompleto (45%), embora a participação desse grupo tenha se reduzido entre os dois períodos considerados. A evolução ocorrida, entre as duas décadas consideradas, evidencia que o grupo que mais cresceu sua participação foi o dos indivíduos mais escolarizados, em todos os tipos de desemprego, mas principalmente no desemprego aberto, no qual mais do que dobrou a sua participação. Esta realidade corrobora a evidência anterior das taxas de desemprego, na qual a situação dos mais escolarizados piorou mais do que a situação dos menos escolarizados (Tabela 13).

Tabela 13

Distribuição dos Desempregados por Tipo, segundo a Escolaridade RMS, 1987/1988 e 1997/2002 (Em %)								
Escolaridade	1987/1988				1997/2002			
	Oculto por Trab.			Total	Oculto por Trab.			Total
	Aberto	Precário	Desal		Aberto	Precário	Desal	
ANALF e S/ ESCOL	3,8	8,6	3,9	5,1	2,6	5,0	2,9	3,4
1º INCOM.	55,2	67,8	56,9	58,8	40,8	54,4	43,3	45,0
1º COMP. e 2º INCOM	20,3	13,1	20,8	18,5	23,9	20,3	25,5	23,1
2º COMP e 3º INCOM	19,6	9,7	17,2	16,6	30,0	18,9	26,0	26,2
3º COMP	1,1	0,8	1,2	1,0	2,7	1,4	2,3	2,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PED/RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Com relação à posição na família, os filhos (45,3%), seguidos dos chefes de família (25%), é o grupo de trabalhadores com maior participação no total do desemprego, bem como no desemprego aberto (respectivamente, 50,3% e 19,2%). No entanto, no desemprego precário, os chefes possuem uma participação (40,7%) maior do que a dos filhos (35,4%), enquanto no desemprego por desalento os cônjuges (27,8%) formam o grupo, depois dos filhos (45,5%), com a maior participação.

A evolução dessas participações, nos dois períodos considerados, evidencia, mais uma vez, a piora da situação dos chefes de família, principalmente em se considerando o desemprego aberto e o desemprego por desalento – o que configura um sério agravamento do mercado de trabalho, tendo em vista a responsabilidade maior desse grupo com relação à manutenção dos membros da família (Tabela 14).

Tabela 14

Distribuição dos Desempregados por Tipo, segundo a Posição na Família RMS, 1987/1988 e 1997/2002 (Em %)										
Tipo de Desemprego	Posição na Família									
	1987/1988					1997/2002				
	Chefe	Cônjuge	Filho	Outros	Total	Chefe	Cônjuge	Filho	Outros	Total
Aberto	16,7	16,3	53,1	13,9	100,0	19,2	18,0	50,3	12,5	100,0
Oculto:										
Por Trab. Precário	40,0	11,3	38,0	10,7	100,0	40,7	14,3	35,4	9,6	100,0
Por Desalento	12,0	32,2	45,7	10,1	100,0	15,4	27,8	45,5	11,3	100,0
Total	22,0	17,8	47,8	12,4	100,0	25,0	18,2	45,3	11,5	100,0

Fonte: PED/RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Finalmente, quanto ao tempo de residência na RMS, apenas 5,7% dos desempregados se constituem em recém-imigrantes – participação que se reduziu entre os dois períodos, tendo em vista a desaceleração da imigração nos anos noventa, bem como o crescimento da população economicamente ativa da RMS (Tabela 15).

Tabela 15

Distribuição dos Desempregados por Tipo, segundo o Tempo de Residência na RMS RMS, 1987/1988 e 1997/2002 (Em %)						
Tipo de Desemprego	Tempo de Residência na RMS					
	1987/1988			1997/2002		
	Até 3 anos	Mais de 3 anos	Total	Até 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Aberto	7,6	92,4	100,0	6,5	93,5	100,0
Oculto:						
Por Trab. Precário	5,7	94,3	100,0	4,4	95,6	100,0
Por Desalento	6,1	93,9	100,0	4,8	95,2	100,0
Total	6,8	93,2	100,0	5,7	94,3	100,0

Fonte: PED/RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Em suma, a análise da distribuição dos desempregados, segundo os diversos atributos considerados, reafirma o que já foi anteriormente evidenciado, isto é: as mulheres, os negros, os mais jovens, os menos escolarizados, os filhos e os recém-imigrantes são os grupos de trabalhadores que enfrentam maiores dificuldades no mercado de trabalho. Em particular, embora a situação de todos os grupos de trabalhadores tenha piorado com as mudanças econômico-sociais ocorridas nos anos noventa, a situação dos negros e dos recém-imigrantes piorou ainda mais, quando comparada com a situação, respectivamente, dos brancos e dos que residem há mais de três anos na RMS.

CONCLUSÃO

Os processos de reestruturação produtiva e globalização, com o apoio essencial das políticas liberais, impactaram profundamente, e de forma negativa, os mercados de trabalho em todo o mundo. No Brasil, esses processos se difundiram a partir, sobretudo, do Governo Collor, no início dos anos noventa, tendo sido ampliados e intensificados nos dois Governos de FHC.

Todavia, a maior ou menor desestruturação dos mercados de trabalho de cada país vem dependendo, em muito, das políticas adotadas pelos seus respectivos governos. Aqueles países, como o Brasil e a Argentina, que adotaram a essência das políticas liberais – abertura comercial e financeira indiscriminada, valorização das moedas nacionais, privatizações, desregulamentação dos mercados e políticas monetárias e fiscais extremamente rígidas – foram os que tiveram os seus mercados de trabalho mais afetados.

Nesses países, a precarização do trabalho, bem como a flexibilização de suas formas de exploração, foi geral e atingiu, de forma indiscriminada, toda a classe trabalhadora. Além da ampliação do desemprego, assistiu-se ao crescimento da informalidade, à queda dos rendimentos do trabalho, à ampliação e intensificação da jornada de trabalho, ao crescimento do trabalho infantil, à redução dos direitos trabalhistas e ao enfraquecimento dos sindicatos de trabalhadores. Tudo isso modificou, em muito, a estrutura e a dinâmica dos seus respectivos mercados de trabalho.

Esse quadro torna-se mais preocupante ainda, quando se observa que as principais formas de sobrevivência dos desempregados são, fundamentalmente, as mesmas nas duas décadas, quais sejam: ajuda de parentes e, principalmente, o fato de outras pessoas da família terem trabalho. A importância das pensões e aposentadorias e, principalmente, do seguro-desemprego – que se caracterizam por se constituírem em parte da rede de segurança social pública – é diminuta como formas de sobrevivência dos desempregados.

No entanto, esses impactos, conforme evidenciado para a RMS, não se fizeram sentir de forma homogênea pelo conjunto dos trabalhadores. Muito pelo contrário: embora todos tenham sofrido a deterioração das suas respectivas condições de inserção no mercado de trabalho, estas, em geral, pioraram mais, relativamente, para aqueles grupos de trabalhadores que, historicamente, sempre tiveram uma maior capacidade de se inserirem produtivamente. Todavia, considerando-se todos os grupos da força de trabalho, é particularmente grave o desemprego entre os indivíduos mais jovens, os menos escolarizados e os negros, em virtude de combinarem, ao mesmo tempo, elevadas taxas de desemprego e o fato de se constituírem em uma grande parte do total de desempregados.

De outro lado, os desempregados ocultos por trabalho precário se encontram, no exercício de suas atividades irregulares, na condição, fundamentalmente, de trabalhadores autônomos (83,5%), vindo a seguir, com pequena participação, o trabalho doméstico (7,7%). Do ponto de vista setorial, esses desempregados realizam essas atividades principalmente na construção civil (28,8%), nos serviços de produção (21,7%) e nos serviços pessoais (21,4%).

Desse modo, além da redefinição das políticas econômicas prevaletentes na década de noventa, que viabilize uma melhor forma de inserção internacional para o país – condição essencial para a retomada do crescimento

econômico sustentado e a geração de novos postos de trabalho, em ritmo compatível com o crescimento da PEA –, urge a formulação e implementação de políticas para o mercado de trabalho, que sejam direcionadas especificamente para reduzir as piores condições de inserção enfrentadas pelos grupos mais fragilizados da força de trabalho.

Essas políticas, de curto e médio prazos, devem abranger, entre outras iniciativas, estímulos fiscais e financeiros para que as empresas empreguem trabalhadores jovens, melhoria radical da escola pública, maior eficiência do sistema público de qualificação da força de trabalho, apoio ao trabalhador autônomo, sanções contra discriminações de natureza étnica e de gênero e a adoção das chamadas ações afirmativas, que se sobreponham à lógica “natural” do mercado. A participação dos sindicatos e de outras organizações representativas de grupos específicos, no processo concreto de elaboração e implementação dessas e outras políticas, constitui-se em uma das condições mais essenciais para o seu sucesso.

Por fim, nunca é demais lembrar que, sem a retomada do crescimento econômico sustentado, o alcance de políticas dessa natureza será extremamente limitado; tomadas isoladamente, num contexto de estagnação econômica ou baixo crescimento, essas políticas, direcionadas diretamente ao mercado de trabalho, perdem muito de sua eficiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEO, E. J. *Desemprego, salários e preços: um estudo comparativo de Keynes e do pensamento da década de 1970*. Rio de Janeiro: BNDES, 1987.

_____. Sobre salários nominais: as críticas keynesiana e monetarista a abordagem de Keynes sobre o mercado de trabalho. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 16, n. 2, ago. 1986.

_____. ESTEVÃO, M. *A teoria econômica do desemprego*. São Paulo: Hucitec, 1994.

KALECKI, M. Teoria da dinâmica econômica. Tradução por Paulo de Almeida. In: *Os Economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Trad. Márcio R. da Cruz. In: *Os Economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. *O capital*. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

OFFE, C.; HINRICH, K. 1989 Economia social do mercado de trabalho: diferencial primário e secundário de poder. In: _____. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho”*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. p. 43-81.